

Nacionalismos de hoje, Ideias de ontem e Direitos Linguísticos

Mário Filipe,
Universidade Aberta/CEMRI

Resumo

A Europa constitui historicamente um espaço de uma grande diversidade de muitos povos e Nações. A emergência de nacionalismos fundados na identidade dos povos que maioritariamente habitam o espaço geográfico dos Estados que historicamente se foram constituindo, não é um fenómeno recente. Discursos identitários, nacionalistas, que invocam a premência da defesa das maiorias ameaçadas, são roupagens novas para discursos antigos.

Palavras-chave: Europa; direitos linguísticos; nacionalismo; identidade; diversidade.

Abstract

Europe has historically been an area of great diversity for many peoples and nations. The emergence of nationalisms based on the identity of the peoples that mostly inhabit the geographic space of the States that have historically been constituted, is not a recent phenomenon. Nationalist identitarian speeches that invoke the urgency of defending the threatened majorities are new guises for old speeches.

Keywords: Europe; linguistic rights; nationalism; identity; diversity.

Historicamente, a Europa é um espaço de uma grande diversidade de povos e Nações. A emergência de nacionalismos fundados na identidade dos povos que maioritariamente habitam o espaço geográfico dos Estados que historicamente

se foram constituindo, não é um fenómeno recente. Discursos identitários, nacionalistas, que invocam a premência da defesa das maiorias ameaçadas, são roupagens novas para discursos antigos.

Estes discursos, outrora ideologicamente expostos, abertamente pensados e construídos, serviram de fundamentos vários, desde os supostamente defensivos aos expansionistas, fundados na superioridade, supremacia militar ou rática, tiveram sempre um resultado final de milhões de mortos. A Europa da primeira metade do Século XX pagou em sangue e vidas o preço das ambições totalitárias dos líderes que encarnaram estas ideologias.

O ressurgimento, nas democracias do século XXI, de ideias nacionalistas, de assomos identitários, de defesa de posições xenófobas, de recusa do outro e da sua diferença, seja étnica ou de género, é hoje camuflada ideologicamente. Não se assume totalmente mas não se inibe de se misturar e contaminar o discurso mais amargo do “homem da rua”, que se sente vítima de crises económicas para as quais não percebe como contribuiu, recusando quer as responsabilidades próprias pelo seu voto, ou da sua abstenção – numa eleição, quem se abstém não deixa de ser governado pelo vencedor, nem fica imune das consequências benfazejas ou nefastas de quem governa – conjugadas com a inabilidade, a incapacidade para tomar medidas para resolver crises, subjugados que estão a ideologias económicas neoliberais, e falta de carisma das lideranças políticas tradicionais ditas, do sistema, constituem o combustível de movimento inorgânicos, assumidos como tal, mas com recursos para se manterem sem se perceber quem os financia, mas também das já referidas organizações identitárias, nacionalistas que agora se oferecem ao voto dos flagelados pelo sistema político e por uma economia que os trata como descartáveis.

O fosso entre a Democracia, as suas instituições e líderes por um lado e os cidadãos pelo outro, não foi cavado hoje. Resulta de um processo de desgaste sistemático que foi corroendo a imagem da Democracia, do sistema partidário e dos seus dirigentes.

Os próprios dirigentes partidários contribuíram para a sua má imagem e a imagem da Política, ao terem começado a integrar no seu discurso o ataque aos

políticos, aos que fazem política, ao que chamaram “políticos profissionais” e a alimentar na opinião pública uma crença fácil de incluir no discurso popular, de que “a culpa é dos políticos”. Esquecendo-se de que se desacreditavam a si próprios por atos e palavras. Começaram a surgir então os não-políticos, isto é, políticos de máscara, de discurso tecnocrático, de quem se propõe limpar “a política dos políticos”. E com esse discurso governaram anos, décadas, corroendo a política dos seus valores, enquanto nada faziam de diferente dos que diziam combater. Era a resposta dos sistemas partidários ao que julgavam ser o “sentimento popular”. Afinal, estiveram simplesmente a estabelecer as bases do populismo atual.

O desprezo pelo sistema, foi assim alimentado pelo próprio sistema, as crises económicas, principalmente a de 2008, foi apenas a lenha que faltava para que novas formas de intervenção política ganhassem dimensão. Surgiram os já referidos movimentos inorgânicos, convocados para manifestações pelas redes sociais, que resultaram em grandes manifestações de setores descontentes da população. Ora a inorganicidade destes movimentos, cria duas oportunidades: a de poderem ser aproveitadas por franjas políticas atentas e desejosas de ganhar projeção e, decorrente do desenvolvimento destes movimentos, de emergirem líderes populares, providenciais, de discurso fluente e simples que repete as ansiedades da rua, – ansiedades a que respondem tanto cidadãos altamente qualificados que a economia não absorve, ou absorve sem a dignidade devida, como os que, por falta de qualificações se vêm ou sem emprego ou ultrapassados por gente mais qualificada – aparentemente surgidos do nada, mas que a massa entretanto criada vê como o seu líder. Aconteceu em Espanha, aconteceu na Alemanha, aconteceu na Itália, aconteceu nos Países Baixos, na Finlândia, na Áustria, na Hungria, no Reino Unido, na Polónia, todos para defender sobretudo duas coisas: O combate aos políticos e o combate à corrupção, ou à ideia dela. Consequência das duas primeiras motivações junta-se uma terceira: a recusa de acolhimento de imigrantes e refugiados resultante da conjuntura internacional que estes novos movimentos políticos tomam como suas bandeiras que se reclamam não-políticos: O terrorismo dito islâmico, a pressão migratória, ou a criação da ideia da existência dessa pressão e a crise dos refugiados, trouxe consigo e para estas novas lideranças a bandeira da

defesa da identidade, da recusa dos imigrantes, da xenofobia e do racismo, do refugiado como potencial terrorista, e também, com a questão demográfica europeia o perigo de diluição do povo da Nação, a maioria em ameaçada, perante o perigo da imigração em massa.

É, pois, no populismo, designação que abafa numa aparente superficialidade não ideológica e que declara por vezes, o seu desdém pelas ideologias, que se enraíza o pensamento extremista, que se serve da democracia e do processo democrático para chegar democraticamente ao poder ou pelo menos, ter uma expressão parlamentar para influenciar, condicionar políticas e ter voz nos *media* legitimada pelo voto. Não podemos esquecer aqui que à ascensão política destes movimentos extremistas corresponde, em sentido inverso, a fraqueza dos líderes políticos do sistema democrático, que ao querer absorver o populismo para lhe retirar força fora dos partidos políticos tradicionais, ou mesmo incluir no seu discurso formas mitigadas dele, apenas se revelam mais frágeis, menos credíveis, – constituindo-se uma espécie de contrafação política e não o produto original, no plagiador que usa o discurso do outro sem nunca poder usufruir dos direitos de autor – pagando o preço eleitoral da falta de soluções democráticas fortes, encabeçadas por líderes partidários fortes.

De 9 para 10 de novembro de 1938, teve lugar o que ficou conhecido como a Noite de Cristal. A consequência da apatia e complacência dos partidos democráticos alemães para com o Partido Nacional Socialista. Este foi um caso extremo que a Alemanha e toda a Europa pagaram muito caro. As lições são para ser aprendidas. A distância a que se produziram levam as gerações atuais a pensar que não estamos perante a mesma situação. E não estamos.

A questão é saber se o atual laxismo e permissividade para com quem defende abertamente ideias extremistas, que os parlamentos democráticos abrigam no seu seio, que a pretexto da liberdade de expressão, de um “retomar o controlo sobre o poder do Estado” atacam as Instituições Europeias, levam um país a um referendo que o poderá levar não só ao isolamento económico como à sua possível dissolução, que levam outros países do leste e norte da Europa a posições que fazem tábua rasa dos valores Europeus, não está a colocar em perigo a União Europeia. A levar ao enfraquecimento da Europa enquanto Bloco

político e económico, e, por essa via, a fragilizar a paz e a prosperidade que só foram possíveis com uma Europa Unida?

Mas que tem tudo isto que ver com Direitos Linguísticos?

Direi que a situação atual é o caldo perfeito, para piorar uma situação que apesar de muitos esforços e vontades, não é famosa.

Da defesa das identidades e dos direitos das maiorias nacionais, à defesa da Língua Pátria, é um passo muito curto. A Europa unida na diversidade, é uma Europa de povos, Nações, Estados, culturas e línguas.

O artigo 165.º do Tratado de Lisboa no seu ponto 2., estabelece que:

“a ação da União tem por objetivo:

— Desenvolver a dimensão europeia na educação, nomeadamente através da aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados-Membros...”

Precisamente, uma das formas mais imediatas de concretizar este objetivo passa por concretizar o respeito pelo direito dos seus cidadãos mais jovens a ter acesso à aprendizagem e aperfeiçoamento da sua língua no quadro dos *curricula* dos sistemas de ensino dos países onde se encontram.

Parece-me claro que pugnar pelo plurilinguismo dos cidadãos europeus não pode passar apenas por introduzir cada vez mais cedo nas escolas o ensino do inglês dos países não anglófonos¹, permanecendo os anglófonos genericamente monolíngues. Também não basta invocar questões orçamentais para retirar dos *curricula* línguas que dele faziam parte, sejamos claros, se um país com as dificuldades orçamentais de Portugal pode manter um sistema de ensino da sua língua em vários países do mundo incluindo naturalmente uma grande presença em muitos países da União não me parece razoável que países da União que se contam entre os mais ricos o não possam fazer nos seus próprios países.

¹ Concretizado o Brexit restam 2 países de língua oficial inglesa: Malta e a Irlanda. Ambos com duas línguas oficiais, mas apenas Malta usa a sua outra língua oficial efetivamente. O Gaélico é marginalmente usado na Irlanda quotidianamente (algumas zonas do ocidente rural) fora do âmbito educacional.

A verdade é que a não concretização do direito à aprendizagem da língua materna ou de origem nos países de residência por parte de cidadãos europeus não nacionais, se assemelha mais a um bloqueio ao plurilinguismo que é defendido por Bruxelas. Mesmo países que são defensores muito ativos da diversidade linguística e cultural e não se escusam a culpar o inglês pelo monolinguismo crescente nas Instituições da União, não se mostram tão ativos intramuros resguardando-se precisamente nas autonomias das regiões, eu pergunto-me se, no caso da PAC (Política Agrícola Comum) por exemplo, esses países também criam dificuldades ao recebimento dos fundos europeus por causa da autonomia das regiões e dos Estados.

É evidente que estamos a falar de políticas diferentes e de situações diferentes. No primeiro caso trata-se de disponibilizar recursos próprios, noutra trata-se de receber recursos que provêm de todos, donde as diretivas parecem não ter todas a mesma força, nem serão aplicadas com a mesma convicção, nem sequer me parece que a Comissão Europeia mostre igual empenho no respeito por todas as Diretivas que emana.

Não deixa de ser significativo que o propósito enunciado no artigo 13.º do Tratado de Amesterdão (19.º no Tratado de Lisboa) se refira ao combate a várias formas de discriminação, mas não inclui a língua.

Artigo 19.º

(ex-artigo 13.º TCE)

“1. Sem prejuízo das demais disposições dos Tratados e dentro dos limites das competências que estes conferem à União, o Conselho, deliberando por unanimidade, de acordo com um processo legislativo especial, e após aprovação do Parlamento Europeu, pode tomar as medidas necessárias para combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.”

Como todos percebemos a discriminação com base na língua tem uma longa história, mas não a relevância suficiente para constar deste tratado.

Todos reconhecerão que “numa Europa que será sempre multilingue, aprender línguas abre portas”², nada mais certo, todos reconhecem a importância que tem para o indivíduo e para a sua relação com o outro, num espaço alargado como é a União Europeia, a compreensão, a aceitação da diversidade cultural é fundamental para uma Europa de Paz e desenvolvimento económico e tecnológico, e a língua? Não será ela também de suma importância para a compreensão da dimensão de expressão do pensar e do dizer do outro e de cada um? Não fará parte do complexo processo de formação da identidade de cada um a afirmação e o respeito pelo direito à palavra na sua ligação com a sua comunidade e com aquela com quem se relaciona? A questão não é ser monolingue em terra de outrem, é ser no limite bilingue, desejavelmente plurilingue num mundo a muitas vozes. É poder falar a sua língua sem olhares reprovadores – ou vítima de violência verbal ou física por parte dos falantes de línguas maioritárias –, é poder expressar-se também na sua língua com o à-vontade com que o fará já na língua do país de residência.

Para os que acreditam na Europa e na sua construção de uma forma cada vez mais integradora, há de parecer difícil perceber uma Europa onde os seus cidadãos se sintam estrangeiros, onde a sua língua não é vista com igualdade. Que valores Europeus de cidadania estaremos a criar se formos à vez cidadãos do nosso país e nesse estrito sentido cidadãos também europeus, em vez de sermos cidadãos do nosso país que, ao mesmo tempo, partilham uma cidadania comum numa Europa de muitos povos, culturas e línguas – que são mais do que os países que a compõem –. Embora seja uma visão incompleta, o mais fácil de aceitar como identificador de um indivíduo como pertencente a um grupo é o sentir que partilha valores, cultura, território e língua com outros indivíduos. A Cidadania Europeia apela a valores que vão além da nacionalidade, e exige a voluntária aceitação de valores comuns e o respeito pelos valores daqueles com quem quisemos partilhar uma sociedade mais global; aceita e respeita a diversidade cultural como um espaço alargado de partilha e conhecimento e ao contrário do Estado-Nação monolingue, reconhece

² «*In a Europe which will always be multilingual, learning languages opens doors*». In página eletrónica da Comissão Europeia dedicada ao Dia Europeu das Línguas. http://europa.eu.int/comm/education/policies/lang/languages_en.html (2006-06-11).

a importância não só do multilinguismo dos povos, mas também do plurilinguismo dos cidadãos onde se inclui uma ativa não discriminação da aprendizagem da língua materna ou de origem, pelos jovens cidadãos não nacionais, nos países de residência, no quadro normal dos seus *curricula*.

Em conclusão, a reflexão que aqui apresento, propõe um debate amplo, sem ambiguidades, em que Bruxelas é tão pródiga. Na Europa da União fala-se muito de línguas, mas evita-se falar de Política de Língua em termos de decisão, muitos autores gostam de dizer que a melhor forma que a União Europeia encontrou para lidar com a política de língua na Europa é não a discutir. Acontece que a língua é elemento central de qualquer processo de construção de cidadania e de identidade que deve ser entendida e assumida como um dos direitos humanos básicos. Se a União Europeia quer ter cidadãos para além do mero formalismo legal não o pode fazer sem esta assunção.

Bibliografia

Berdichevsky, Norman, 2004, *Nations Language and Citizenship*, McFarland Publishers, USA.

Judt, Tony and Lacorne, Denis (editors.), 2004, *Language, Nations and State: Identity Politics in a multilingual age*, Palgrave, USA.

Skutanabb-Kangas, Tove and Phillipson, Robert (editors), 1995, *Linguistic Human Rights*, Mouton de Gruyter, Berlin, Germany.

Spolsky, Bernard, 2009, *Language Management*, CUP, UK.